

**Demonstrações Financeiras**

**Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

31 de Dezembro de 2018

## **Afluyente Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial .....	3
Demonstração do resultado do exercício .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstração do fluxo de caixa .....	8
Demonstração do valor adicionado .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10

**Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>4</b>	31.212	18.945
Contas a receber de clientes	<b>5</b>	3.424	3.647
Impostos e contribuições a recuperar		11	233
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	<b>6.1</b>	-	30.257
Concessão do serviço público (ativo contratual)	<b>6.2</b>	17.704	-
Outros ativos circulantes		-	4
<b>Total do circulante</b>		<b>52.351</b>	<b>53.086</b>
<b>Não circulante</b>			
Impostos e contribuições a recuperar		278	289
Depósitos judiciais	<b>12</b>	701	141
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	<b>6.1</b>	-	1.275
Concessão do serviço público (ativo contratual)	<b>6.2</b>	152.868	-
Outros ativos não circulantes		2	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>153.849</b>	<b>1.705</b>
<b>Ativo total</b>		<b>206.200</b>	<b>54.791</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	<b>7</b>	893	629
Empréstimos e financiamentos	<b>8</b>	731	733
Encargos setoriais	<b>9</b>	39	138
Impostos e contribuições a recolher	<b>11</b>	766	764
Dividendos, juros sobre capital próprio e restituição de capital	<b>13</b>	118	106
Outros passivos circulantes		109	89
<b>Total do circulante</b>		<b>2.656</b>	<b>2.459</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	<b>8</b>	1.245	1.972
Encargos setoriais	<b>9</b>	516	352
Impostos e contribuições diferidos	<b>10</b>	5.253	4.407
Provisões	<b>12</b>	689	635
Outros passivos não circulantes		87	31
<b>Total do não circulante</b>		<b>7.790</b>	<b>7.397</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>13</b>		
Capital social		33.085	33.085
Reservas de lucros		162.669	7.047
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	4.803
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>195.754</b>	<b>44.935</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>206.200</b>	<b>54.791</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..****DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<b>Notas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>14</b>	<b>33.684</b>	<b>23.512</b>
<b>Custos dos serviços</b>		<b>(10.028)</b>	<b>(10.291)</b>
Custos de operação	<b>15</b>	(10.028)	(9.779)
Custos de construção		-	(512)
<b>Lucro bruto</b>		<b>23.656</b>	<b>13.221</b>
 Despesa com vendas	<b>15</b>	(74)	-
Despesas gerais e administrativas	<b>15</b>	(679)	(555)
 <b>Lucro operacional</b>		<b>22.903</b>	<b>12.666</b>
 Receitas financeiras	<b>16</b>	1.632	2.629
Despesas financeiras	<b>16</b>	(230)	(351)
 <b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>24.305</b>	<b>14.944</b>
 <b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(1.689)</b>	<b>(2.427)</b>
Corrente	<b>10</b>	(1.735)	(2.014)
Diferido	<b>10</b>	46	(413)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>22.616</b>	<b>12.517</b>
 <b>Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:</b>			
Ordinária		0,36	0,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>22.616</b>	<b>12.517</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	<b>22.616</b>	<b>12.517</b>

**Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:**

Ordinária	0,36	0,38
-----------	------	------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.****DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<b>Reserva de lucros</b>					
	<b>Capital social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de lucros a realizar</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Proposta de distribuição de dividendos adicionais</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2017</b>	<b>63.085</b>	<b>7.047</b>	-	-	<b>6.074</b>	<b>76.206</b>
Redução de capital (Nota 12)	(30.000)	-	-	-	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.517	-	12.517
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	(6.074)	(6.074)
Destinação do lucro:						
Dividendos intermediários	-	-	-	(7.714)	-	(7.714)
Dividendos propostos	-	-	-	(4.803)	4.803	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>33.085</b>	<b>7.047</b>	-	-	<b>4.803</b>	<b>44.935</b>
Adoção Inicial – CPC 48	-	-	-	(48)	-	(48)
Adoção Inicial – CPC 47	-	-	-	139.639	-	139.639
Lucro líquido do exercício	-	-	-	22.616	-	22.616
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	(4.803)	(4.803)
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	(430)	430	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	155.622	(155.622)	-	-
Dividendos intermediários	-	-	-	(6.585)	-	(6.585)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>33.085</b>	<b>6.617</b>	<b>156.052</b>	-	-	<b>195.754</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>22.616</b>	<b>12.517</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Imposto de renda e contribuição social	1.689	2.427
Valor de reposição estimado da concessão	(17.076)	(25.883)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias	121	157
Provisão (reversão) para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	74	116
Provisão para contingências trabalhistas	1	-
Atualização das provisões para contingências	53	82
Atualização de títulos e valores mobiliários	-	(2.586)
Outras provisões e atualizações de receitas e despesas	(20)	-
	<b>(15.158)</b>	<b>(25.687)</b>
<b>(Aumento) redução de ativos operacionais</b>		
Contas a receber de clientes	102	707
Impostos e contribuições a recuperar	190	(746)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	43	(2)
Depósitos judiciais	(540)	32
Concessão serviço público (ativo financeiro)	-	36.465
Concessão serviço público (ativo contratual)	18.567	-
Outros ativos	20	-
	<b>18.382</b>	<b>36.456</b>
<b>Aumento (redução) de passivos operacionais</b>		
Fornecedores	264	(930)
Encargos setoriais	65	(196)
Encargos de dívidas pagos	(123)	(157)
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos	(1.017)	(1.150)
Impostos e contribuições a recolher	(716)	(296)
Outros passivos	71	(180)
	<b>(1.456)</b>	<b>(2.909)</b>
<b>Caixa oriundo das atividades operacionais</b>	<b>24.384</b>	<b>20.377</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aquisição de intangível	(14)	-
Investimento em ativo financeiro da concessão	-	(512)
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários	-	43.532
<b>Geração (utilização) de caixa em atividades de investimento</b>	<b>(14)</b>	<b>43.020</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Redução de capital	-	(30.000)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(727)	(729)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(11.376)	(13.774)
<b>Utilização de caixa em atividades de financiamento</b>	<b>(12.103)</b>	<b>(44.503)</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>12.267</b>	<b>18.894</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	18.945	51
Caixa e equivalentes no final do exercício	31.212	18.945
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>12.267</b>	<b>18.894</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.****DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receitas</b>		
Serviços de transmissão de energia e outros	36.584	26.516
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(74)	(116)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(10.501)	(10.603)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>26.009</b>	<b>15.797</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	1.632	2.629
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>27.641</b>	<b>18.426</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
PIS/COFINS sobre faturamento	1.389	1.336
Imposto de renda e contribuição social	1.689	2.427
Obrigações intra-setoriais	1.493	1.668
Outros	118	100
Subtotal	4.689	5.531
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros e variações monetárias	230	351
Aluguéis	106	27
Subtotal	336	378
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Dividendos distribuídos	6.585	7.714
Dividendos adicionais propostos	-	4.803
Reserva de retenção de lucros	16.031	-
Subtotal	22.616	12.517
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>27.641</b>	<b>18.426</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluentes T" ou "Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Atualmente a Companhia opera as subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari no estado da Bahia com potência instalada de 600 MVA, além de 450 km de Linhas de Transmissão e possui contrato de concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos.

A Receita Anual Permitida (RAP), conforme Resolução Homologatória nº 2408, de 26 de junho de 2018, é de R\$ 39.698 para o período 2018/2019. Para o período 2017/2018 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou uma RAP de R\$38.011 para a Companhia, excluído PIS/COFINS referente aos respectivos períodos.

#### **2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

##### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

##### **2.2. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

##### **2.3. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 18 de Instrumentos Financeiros.

## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..**

### **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas Demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) critério de apuração e remuneração do ativo contratual; vide nota explicativa nº 6;
- (ii) a análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; vide nota explicativa nº 5;
- (iii) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa nº 18;
- (iv) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa nº 11;

#### **2.5. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

##### **a) Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

###### **(i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..**

### **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### Classificação e mensuração subsequente

##### Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

##### Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

- como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e

- a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Companhia.

Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

*Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018*

Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

*Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018*

<b>Ativos financeiros ao VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida ao VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais ao VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro

#### Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- mantidos até o vencimento;
- disponível para venda; e
- ao VJR, e nesta categoria como:
  - a) - mantidos para negociação;
  - b) - instrumentos derivativos de *hedge*; ou
  - c) - designado ao VJR.

#### Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

<b>Ativos financeiros ao VJR</b>	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</b>	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

#### (i) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..**

### **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### **(ii) Compensação de saldos (“offsetting”)**

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **b) Contrato de concessão de serviços públicos – Ativo contratual**

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Afluentes T regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo contratual”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..**

### **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

#### **c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

#### **d) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido sendo assim, foi estabelecido como base de cálculo tributável o saldo total do ativo contratual aplicando a alíquota de presunção.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

##### **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre a receita operacional, aplicando alíquota de presunção. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

##### **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**



## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..**

### **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

#### **e) Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

#### **f) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)**

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e o efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 estão descritos na Nota 3. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 18.

#### **g) Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na Nota 3.

#### **h) Receitas e despesas financeiras**

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..**

### **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### **i) Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

#### **2.6. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

#### **2.7. Encargos setoriais**

##### **a) Reserva Global de Reversão (RGR)**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..**

### **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### **b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

#### **c) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

#### **d) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

### **3. Principais mudanças nas políticas contábeis**

#### **I – Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers)**

A Companhia adotou a CPC 47/ IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado.

A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 / IFRS 15 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Ref.	Impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018
<b>Lucros acumulados</b>		
Ativo contratual	(a)	140.532
Imposto de renda e contribuição social relacionados		(892)
<b>Impacto em 1º de janeiro de 2018</b>		<b>139.640</b>

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC47/IFRS15 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Balanço Patrimonial	2018	Ref.	Ajustes	2018
	(Conforme apresentado)			(Valores sem a adoção do CPC47/IFRS15)
<b>Ativo Circulante</b>				
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	-	(a)	23.860	23.860
Concessão do serviço público (ativo contratual)	17.704	(a)	(17.704)	-
Demais ativos circulantes não impactados	34.647		-	34.647
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>52.351</b>		<b>6.156</b>	<b>58.507</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>				
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	-	(a)	1.275	1.275
Concessão do serviço público (ativo contratual)	152.868	(a)	(152.868)	-
Demais ativos não circulantes não impactados	981		-	981
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>153.849</b>		<b>(151.594)</b>	<b>2.256</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>206.200</b>		<b>(145.437)</b>	<b>60.763</b>
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>2.656</b>		<b>-</b>	<b>2.656</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>				
Imposto de renda e contribuição diferido	5.253	(b)	(138)	5.115
Demais passivos não circulantes não impactados	2.537		-	2.537
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>7.790</b>		<b>(138)</b>	<b>7.652</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Reservas de lucros	162.669	(c)	(145.299)	17.370
Demais itens do patrimônio líquido não impactados	33.085		-	33.085
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>195.754</b>		<b>(145.299)</b>	<b>50.455</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>206.200</b>		<b>(145.437)</b>	<b>60.763</b>
<b>Demonstração do resultado do exercício</b>	<b>2018</b>	<b>Ref.</b>	<b>Ajustes</b>	<b>2018</b>
	(Conforme apresentado)			(Valores sem a adoção do CPC47/IFRS15)
Receita líquida	33.684	(a)	(4.450)	29.234
Custo do serviço	(10.028)	(a)	(455)	(10.483)
Outros	649		-	649
Imposto de renda e contribuição social	(1.689)		(755)	(2.444)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>22.616</b>		<b>(5.660)</b>	<b>16.956</b>

(a) Implementação do CPC47/IFRS15, que define o ativo da concessão como ativo contratual, conforme descrito na nota explicativa 2.5.b;

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

- (b) Impacto dos impostos diferidos sobre a adoção do ativo contratual, conforme descrito na nota explicativa 2.5.b;
- (c) Efeito dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido, conforme descrito na nota explicativa 2.5.b.

## II – Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 – Financial Instruments)

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas nos lucros acumulados.

### • Classificação e Mensuração – Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis da Companhia.

R\$ mil	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01/01/2018
<b>Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>			
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	Custo amortizado	Custo amortizado	18.945
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.647
Concessão do Serviço Público	Empréstimos e recebíveis	-	-
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>22.592</b>
<b>Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	629
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	2.705
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>3.334</b>

A partir de 1º de janeiro de 2018, os recebíveis das transmissoras passaram a ser classificados como ativo contratual, sob o escopo da IFRS 15.

### • Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará a ativos contratuais e aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

- (i) Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018 – Diferenças reconhecidas em lucros acumulados

Em R\$ mil	Impairment adicional
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	3.647
<b>Perdas adicionais por redução ao valor recuperável</b>	<b>(48)</b>

### III – Outras alterações:

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao IFRS 4 (*Insurance Contracts*) para adequação à aplicação da IFRS 9 (*Financial Instruments*).
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

### 3.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil - IFRS 16 <i>Leases</i>	A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.	1º de janeiro de 2019

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações à diversos pronunciamentos contábeis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alterações em função da edição do CPC 06 (R2);</li> <li>Alterações em participações de longo prazo em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto;</li> <li>Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano;</li> <li>Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;</li> <li>Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017;</li> <li>Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS.</li> </ul>	1º de janeiro de 2019
CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (IAS 29 - <i>Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i> ) e ICPC 23 – Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária prevista no CPC (IFRIC 7 - <i>Applying the Restatement Approach under IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i> )	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis deliberou oferecer à audiência pública o pronunciamento sobre economia hiperinflacionária e a correspondente interpretação técnica considerando que, apesar da sua inaplicabilidade na situação brasileira atual (tendo em vista que os níveis inflacionários no Brasil estão abaixo dos limites convencionados internacionalmente como hiperinflação), esses normativos contábeis são requeridos nas situações de investidas em países com hiperinflação para que as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras estejam completamente convergentes às normas internacionais de contabilidade.	Sem previsão informada pelo CPC
ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - <i>Uncertainty over Income Tax Treatments</i> )	Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.	1º de janeiro de 2019
CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria (IAS 26 – <i>Accounting and Reporting by Retirement Benefit Plans</i> )	Este pronunciamento técnico estabelece os princípios aplicados nas demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria. Os planos de benefícios de aposentadoria algumas vezes são referidos por vários outros nomes, tais como “planos de benefício previdenciário”, “planos de pensão”, “planos de aposentadoria” ou “planos de benefício de aposentadoria”. Este pronunciamento considera um plano de benefícios de aposentadoria como a entidade que reporta separada dos empregadores/instituidores dos participantes no plano. Todos os outros pronunciamentos emitidos pelo CPC se aplicam às demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria na medida em que não forem substituídos por este pronunciamento.	1º de janeiro de 2019
IFRS 9 – <i>Financial Instruments</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa.	1º de janeiro de 2019
IAS 28 – <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e joint ventures.	1º de janeiro de 2019
IAS 19 – <i>Employee Benefits</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre alteração do Plano, contingenciamentos/reduções ou liquidação.	1º de janeiro de 2019
<i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i>	Aditivos para correção de referências do <i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i> .	1º de janeiro de 2020
IFRS 17 - <i>Insurance Contracts</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para aprimoramento de dispositivos sobre aspectos diversos de contabilização e divulgação de empresas seguradoras.	1º de janeiro de 2021
IFRS 10 – <i>Consolidated Financial Statements</i> e IAS 28 – <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações aos pronunciamentos técnicos para inclusão de dispositivos sobre venda ou contribuição com ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Disponível para adoção opcional. Data efetiva para adoção adiada indefinidamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e depósitos bancários à vista	76	26
Fundos de investimento	31.136	18.919
	<b>31.212</b>	<b>18.945</b>

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo.

Carteira (Caixa e equivalentes de caixa)	2018	2017
<b>BB Polo 28 FI Renda Fixa</b>		
BB TOP Curto Prazo	31.106	18.907
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	30	12
<b>Total CEC - Fundos Exclusivos</b>	<b>31.136</b>	<b>18.919</b>

#### 5. Contas a receber de clientes

	2018	2017
Títulos a receber	4.306	4.408
Terceiros	2.482	2.807
Partes relacionadas (nota 17)	1.824	1.601
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(882)	(761)
<b>Total</b>	<b>3.424</b>	<b>3.647</b>

	Saldos vincendos	Vencidos		Total		PPECLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2018	2017	2018	2017
Setor privado	3.358	55	893	4.306	4.408	(882)	(761)
<b>Total</b>	<b>3.358</b>	<b>55</b>	<b>893</b>	<b>4.306</b>	<b>4.408</b>	<b>(882)</b>	<b>(761)</b>

#### 6. Concessão do serviço público

##### 6.1. Concessão do serviço público (Ativo financeiro)

Segue composição do ativo financeiro de concessão:



## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Ref.</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Recebíveis	(a)	-	30.820
Indenização	(b)	-	712
<b>Total</b>		<u>-</u>	<u>31.532</u>
Circulante		-	30.257
Não circulante		-	1.275

- (a) Valores de fluxo de caixa futuros da Companhia que serão recebidos dentro do prazo de concessão por meio da RAP.
- (b) Parcela de valores residual de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão.

A movimentação dos saldos referentes aos recebíveis da Companhia está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>41.602</b>
Adições	512
Amortização	(25.745)
Atualização	15.163
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>31.532</b>
Adoção inicial CPC 47 (transferência para ativo contratual)	(a) (31.532)
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>-</b>

- (a) Os saldos referentes aos ativos financeiros da Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2018, passaram a ser reconhecidos no balanço como ativo contratual, detalhado na nota 6.2.

### 6.2. Concessão do serviço público (Ativo contratual)

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

Adoção inicial CPC 47 (transferência do ativo financeiro)	31.532
Adoção inicial CPC 47 (impacto no patrimônio líquido)	140.532
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>172.064</b>
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(18.567)
Remuneração do ativo contratual	17.075
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>170.572</b>
Circulante	17.704
Não circulante	152.868

Conforme mencionado nas notas explicativas 2.5.c e 3.I, a Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. O impacto da adoção inicial resultou no registro de R\$140.532 com aumento no ativo contratual em contrapartida ao patrimônio líquido.

Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo contratual quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 48 / IFRS 9. A Companhia não identificou necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo contratual em 31 de dezembro de 2018.

**Afluyente Transmissão de Energia Elétrica S.A..****DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

**7. Fornecedores**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Terceiros	527	619
Partes relacionadas (nota 17)	<u>366</u>	<u>10</u>
<b>Total</b>	<b><u>893</u></b>	<b><u>629</u></b>

**8. Empréstimos e financiamentos**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
BANCO DO BRASIL	<u>1.976</u>	<u>2.705</u>
Circulante	731	733
Não circulante	1.245	1.972

Financiamentos obtidos com recursos do BNDES (FINAME) para a aquisição de subestação de energia, com taxa efetiva entre 4,5% a.a. e 6% a.a., que está sendo amortizado em 96 parcelas mensais, com término em agosto de 2024.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
2019	-	727
2020	508	508
2021	201	201
2022	201	201
2023	201	201
2024	134	134
<b>Total obrigações</b>	<b><u>1.245</u></b>	<b><u>1.972</u></b>

A mutação de empréstimos e financiamentos é como segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>735</b>	<b>2.699</b>	<b>3.434</b>
Encargos	157	-	157
Transferências	727	(727)	-
Amortizações e pagamentos de juros	<u>(886)</u>	<u>-</u>	<u>(886)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>733</b>	<b>1.972</b>	<b>2.705</b>
Encargos	121	-	121
Transferências	727	(727)	-
Amortizações e pagamentos de juros	<u>(850)</u>	<u>-</u>	<u>(850)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b><u>731</u></b>	<b><u>1.245</u></b>	<b><u>1.976</u></b>

Em auxílio à demonstração do fluxo de caixa, segue abaixo a conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Fluxo de caixa				Alterações em não caixa				Alterações em não caixa				
	2016	Adições	Baixas	Outros	2017	Adições	Baixas	Outros	2018	Adições	Baixas	Outros	2018
Empréstimos e financiamentos	3.434	-	(886)	-	157	2.705	-	(850)	-	121	-	-	1.976

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### 9. Encargos setoriais

	2018	2017
Reserva Global de Reversão – RGR	209	83
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	23	21
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	301	366
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	10	9
Ministério de Minas e Energia – MME	12	11
<b>Total</b>	<b>555</b>	<b>490</b>
Circulante	39	138
Não circulante	516	352

#### 10. Impostos e contribuições correntes e diferidos

	2018		2017	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	(13.645)	(3.411)	(11.447)	(2.862)
	(13.645)	(3.411)	(11.447)	(2.862)
Contribuição social				
Diferenças temporárias	(20.468)	(1.842)	(17.171)	(1.545)
	(20.468)	(1.842)	(17.171)	(1.545)
<b>Total</b>		<b>(5.253)</b>		<b>(4.407)</b>

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	2018		2017	
	IR	CS	IR	CS
Receita da atividade	37.772	37.772	36.463	36.463
Presunção do imposto de renda e contribuição social	8%	12%	8%	12%
	3.022	4.533	2.917	4.376
Receita de serviço	271	271	87	87
Presunção do imposto de renda e contribuição social	32%	32%	32%	32%
	<b>87</b>	<b>87</b>	<b>28</b>	<b>28</b>
Base de cálculo presumida	3.108	4.619	2.945	4.403
Receitas financeiras	1.631	1.631	2.629	2.629
Receita de aluguel	34	34	34	34
Base de cálculo para imposto de renda e contribuição social	4.773	6.284	5.608	7.066
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social no período	1.193	566	1.402	636
Adicional de imposto de renda e contribuição social	(24)	-	(24)	-
IR/CS Diferidos - Ativo Contratual	(30)	(16)	268	145
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>1.139</b>	<b>550</b>	<b>1.646</b>	<b>781</b>
Corrente	1.169	566	1.378	636
Recolhidos e pagos	632	385	666	484
A pagar	130	145	154	114
Compensados e deduzidos	407	36	558	38
Diferido	(30)	(16)	268	145
	<b>1.139</b>	<b>550</b>	<b>1.646</b>	<b>781</b>

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Os efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos na adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 foram no montante de R\$656 e R\$236, respectivamente.

#### 11. Impostos e contribuições a recolher

	2018	2017
Imposto de renda – IR	130	154
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	145	114
Programa de integração social – PIS	18	17
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	83	80
Imposto sobre serviços – ISS	344	306
Impostos e contribuições retidos na fonte	46	93
	<b>766</b>	<b>764</b>

#### 12. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

A Companhia não é parte de outras ações de natureza trabalhista, cível ou fiscal avaliadas como perda possível.

A movimentação das provisões está detalhada abaixo:

	<b>Trabalhistas</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>553</b>
Atualização	82
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>635</b>
Adições	9
Baixas/Reversões	(8)
Atualização	53
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>689</b>

##### Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empregadores (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### a) Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	2018	2017
Trabalhistas	154	141
Fiscais	547	-
<b>Total</b>	<b>701</b>	<b>141</b>

### 13. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de janeiro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução de capital no valor de R\$ 30.000, cuja anuência da ANEEL foi obtida em 13 de dezembro de 2016 através do Despacho nº 3.267. Como consequência da redução de capital, o valor de R\$ 0,4755 por ação ordinária foi devolvido aos acionistas no prazo previsto na Lei das Sociedades por Ações.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 33.085, dividido em 63.085.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionistas	Lote de mil Ações Ordinárias		
	Lote de mil ações	R\$	%
Neoenergia	55.416	29.063	87,84%
Iberdrola	5.361	2.812	8,50%
PREVI	1.446	758	2,29%
Outros	862	452	1,37%
<b>Total</b>	<b>63.085</b>	<b>33.085</b>	<b>100,00%</b>

#### b) Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	22.616	12.517
Média ponderada das ações emitidas	63.085	33.085
<b>Lucro básico e diluído por ação – R\$</b>	<b>0,36</b>	<b>0,38</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

#### c) Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A reserva legal da Companhia já atingiu ao limite do capital social, razão pela qual não é mais constituída.

**Afluenta Transmissão de Energia Elétrica S.A..****DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

**d) Dividendos**

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

<b>Deliberação</b>	<b>Provento</b>	<b>Valor deliberado</b>	<b>Valor por ação ON</b>
<b>2018</b>			
AGOE de 27 de março de 2018	Dividendos adicionais propostos	4.803	0,076135
RCA de 18 de outubro de 2018	Dividendos intercalares	6.585	0,104383
		<u>11.388</u>	
<b>2017</b>			
RCA de 22 de fevereiro de 2017	Dividendos	6.074	0,190241
AGOE de 12 de abril de 2017	Dividendos	13.573	0,118886
		<u>19.647</u>	

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado (*)</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro líquido do exercício	<u>22.616</u>	<u>12.517</u>
Constituição de reserva legal (5%)	430	-
Base de cálculo do dividendo	<u>23.046</u>	<u>12.517</u>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</b>	<b><u>5.762</u></b>	<b><u>3.129</u></b>

A movimentação dos saldos a pagar aos acionistas é como segue:

<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>92</b>
Declarados	13.788
Pagos no exercício	<u>(13.774)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>106</b>
Declarados	11.388
Pagos no período	<u>(11.376)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b><u>118</u></b>

**14. Receita líquida**

<b>Ref.</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Receita de operação e manutenção	12.443	10.720
Remuneração do ativo financeiro	-	15.163
Remuneração do ativo contratual	17.075	-
Receita de construção	-	512
Ganho/(Perda) na RAP (a)	1.174	-
Contrato de conexão ao sistema de transmissão - CCT (b)	5.588	-
Outras receitas	304	121
<b>Total receita bruta</b>	<b><u>36.584</u></b>	<b><u>26.516</u></b>
(-) Deduções da receita bruta (c)	<u>(2.900)</u>	<u>(3.004)</u>
<b>Total receita operacional líquida</b>	<b><u>33.684</u></b>	<b><u>23.512</u></b>

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão mensuradas sob o escopo do CPC 47 / IFRS 15 passaram a ser contabilizadas da seguinte forma:

- Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções iniciais do projeto, sobre o custo de construção.
  - Receita de operação e manutenção: reconhecida a partir da disponibilidade da infraestrutura de transmissão, sendo calculada com uma margem, definida no projeto inicial, sobre o custo para operar e manter.
  - Receita de remuneração do ativo contratual: reconhecida a partir da entrada em operação, equivalente às taxas de retorno esperadas para o projeto.
- (a) Ganho/ (Perda) na RAP: Com a adoção do CPC 47/ IFRS15, toda diferença entre a RAP projetada para a RAP realizada fica no resultado, independentemente se for ganho ou perda. Para 2018 houve um ganho de R\$1.174 em relação à RAP planejada e este impacto foi registrado no resultado.
- (b) Outras receitas: Com a adoção do CPC 47/ IFRS15, houve a segregação dos fluxos de caixa entre RAP e CCT – Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão. O saldo de outras receitas é composto principalmente por CCT.

(c) Deduções da receita bruta

	2018	2017
<b>Impostos e contribuições</b>		
PIS	(247)	(238)
COFINS	(1.142)	(1.098)
ISS	(18)	-
<b>Encargos setoriais</b>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(919)	(1.132)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(44)	(30)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(355)	(334)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(40)	(38)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica - TFSEE	(135)	(134)
<b>Total</b>	<b>(2.900)</b>	<b>(3.004)</b>

## 15. Custos e despesas operacionais

	2018			2017	
Custo / Despesas	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Material	(54)	-	-	(54)	(171)
Serviços de terceiros	(9.253)	-	(368)	(9.621)	(9.168)
Arrendamentos e aluguéis	(106)	-	-	(106)	(27)
Tributos	(100)	-	-	(100)	(100)
(Provisões) reversões líquidas - PPECLD	-	(74)	-	(74)	(116)
Provisões para contingências, líquidas	-	-	(1)	(1)	(60)
Outros custos e despesas	(515)	-	(310)	(825)	(692)
<b>Totais custos / despesas</b>	<b>(10.028)</b>	<b>(74)</b>	<b>(679)</b>	<b>(10.781)</b>	<b>(10.334)</b>

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

#### 16. Resultado financeiro

	2018	2017
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	1.591	2.586
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	21	34
Atualização de depósitos judiciais	20	9
<b>Total</b>	<b>1.632</b>	<b>2.629</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos de dívida	(121)	(157)
Atualização provisão para contingências	(53)	(82)
Outras despesas financeiras	(56)	(112)
<b>Total</b>	<b>(230)</b>	<b>(351)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>1.402</b>	<b>2.278</b>

#### 17. Saldos e transações com partes relacionadas

COLIGADAS	Ref.	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)	
		2018	2017	2018	2017
<b><u>Empréstimos, Aplicação Financeira e Contrato de Mútuo</u></b>					
NEOENERGIA	(a)	2	-	(19)	-
		<b>2</b>	<b>-</b>	<b>(19)</b>	<b>-</b>
<b><u>Serviços Administrativos</u></b>					
COELBA	(b)	(5)	(10)	(76)	(119)
NEOENERGIA OPERACAO E MANUTENCAO S.A	(c)	(361)	-	(4.908)	(6.051)
		<b>(366)</b>	<b>(10)</b>	<b>(4.984)</b>	<b>(6.170)</b>
<b><u>Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)</u></b>					
COELBA	(d)	595	594	5.588	5.502
		<b>595</b>	<b>594</b>	<b>5.588</b>	<b>5.502</b>
<b><u>Receita/ (Compra) de Energia Elétrica</u></b>					
COELBA		1.093	865	8.466	8.495
CELPE		40	38	365	259
COSERN		10	10	124	93
ITAPEBI		2	2	21	26
TERMOPEERNAMBUCO		4	3	41	52
BAGUARI		-	-	4	4
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA		3	3	33	41
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELES PIRES		30	34	342	432
CALANGO 1		-	-	1	2
CALANGO 2		-	-	1	2
CALANGO 3		-	-	1	2
CALANGO 4		-	-	1	2
CALANGO 5		-	-	1	2
CALANGO 6		-	-	2	-
CAETITÉ 1		-	-	2	2
CAETITE 2		-	-	1	2
CAETITÉ 3		-	-	1	2
SANTANA 1		-	-	1	-
SANTANA 2		-	-	1	-
ELEKTRO REDES		47	52	470	158
		<b>1.229</b>	<b>1.007</b>	<b>9.879</b>	<b>9.576</b>
<b><u>Dividendos e JSCP</u></b>					
OUTROS MINORITÁRIOS		(118)	(106)	-	-
		<b>(118)</b>	<b>(106)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>		<b>1.342</b>	<b>1.485</b>	<b>10.464</b>	<b>8.908</b>

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:



## **Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..**

### **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

- (a) Contrato Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários - Fundo de Investimento Restrito (BB Polo 28).
- (b) Consumo próprio de energia.
- (c) Contrato de serviço de operação e manutenção com a Neoenergia O&M.
- (d) Contrato de Conexão ao sistema de transmissão (CCT), com vigência até 2027, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

#### **18. Aplicações em fundo de investimento BB Polo 28**

O Fundo BB Polo 28 é destinado a Neoenergia e suas partes relacionadas onde tem por objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários - CDI, por meio da aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento e/ou ativos diretamente na carteira do fundo sendo as cotas dos fundos e ativos aderentes à Política Financeira e de Crédito da Companhia Neoenergia.

#### **19. Remuneração da administração**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

#### **20. Gestão de riscos financeiros**

##### **a) Considerações gerais e políticas**

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, na Política de Risco de Crédito da Companhia Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

##### **b) Gestão de capital**

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

##### **c) Gestão de risco de mercado**

###### Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

as despesas financeiras relativas a empréstimos, e financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras.

Atualmente, todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas.

#### d) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia de forma que as aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 31.136 (R\$ 18.919 em 31 de dezembro de 2017) em fundos exclusivos.

A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>								
Empréstimos e financiamentos	1.976	2.194	814	562	239	227	215	137
Fornecedores	893	893	893	-	-	-	-	-

#### e) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

##### Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

##### Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2018	2017
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	31.212	18.945
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Contas a receber de clientes	4.306	4.408
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	170.572	30.820
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>		
Concessão do Serviço Público - Indenização	-	712

#### f) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período.
  - Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
  - Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.
- A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,4%	11.075	709	(177)	(354)

#### g) Estimativa a valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

## Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A..

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

		2018		2017	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimos e recebíveis		3.424	3.424	34.467	34.467
	Contas a receber de clientes e outros	3.424	3.424	3.647	3.647
	Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	-	-	30.820	30.820
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		31.212	31.212	19.657	19.657
	Caixa e equivalentes de caixa	31.212	31.212	18.945	18.945
	Concessão do Serviço Público - Indenização	-	-	712	712
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		2.869	2.869	3.334	3.334
	Fornecedores	893	893	629	629
	Empréstimos e financiamentos	1.976	1.976	2.705	2.705

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação.

## 21. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada	Prêmio
Risco Operacional - Subestações e Usinas	30.11.18 a 31.05.19	339.622	123
Responsabilidade Civil Geral - Operações	30.11.18 a 31.05.20	100.000	44

---

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

ANDRÉ AUGUSTO TELLES MOREIRA  
**Presidente**

**Titulares**

SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO  
ROGÉRIO ASCHERMANN MARTINS

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Marcelo José Cavalcanti Lopes  
**Diretor Presidente**

Mário José Ruiz-Tagle Larrain  
**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure  
**Diretor Regulação**

Eunice Rios Guimarães Batista  
**Diretora de Gestão de Pessoas**

Eduardo Capelastegui Saiz  
**Diretor de Planejamento e Controle**

**SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE**

Luciana Maximino Maia  
CRC-RJ-091476/0-0

## **MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da **Afluenta Transmissão de Energia Elétrica S.A** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2018, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2019.

**ANDRÉ AUGUSTO TELLES MOREIRA**

**SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO**

**ROGÉRIO ASCHERMANN MARTINS**

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da **AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar - parte, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.338.320/0001-00, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Afluente T, alusivas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Afluente T, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2019.

Marcelo José Cavalcanti Lopes  
**Diretor Presidente**

Mario Jose Ruiz-Tagle Larrain  
**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

Eunice Rios Guimarães Batista  
**Diretora de Gestão de Pessoas**

Eduardo Capelastegui Saiz  
**Diretor de Planejamento e Controle**

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure  
**Diretor de Regulação**